

FIM DOS EMPREGOS?

Fernando Mattos*

RESUMO

O objetivo deste texto é reunir evidências empíricas para contestar a idéia segundo a qual estaríamos vivenciando um momento de "fim dos empregos" no capitalismo contemporâneo. A argumentação que apresentamos aqui analisa a evolução histórica de indicadores de produtividade, emprego e desemprego e revela que a persistência de altas taxas de desemprego desde o início da década de 1980 (quando toma corpo a globalização financeira) deve-se, na realidade, às medíocres taxas de crescimento econômico nos países capitalistas desenvolvidos e também à desarticulação do contrato social constituído durante os Anos Dourados, que estimulou a geração de empregos através da redução da jornada de trabalho e da criação de postos de trabalho no setor público.

APRESENTAÇÃO

Os textos mais recentes das Nações Unidas, dedicados a discutir a questão do emprego nos países capitalistas avançados, têm destacado, sistematicamente, que o capitalismo desenvolvido estaria vivendo um período de “jobless growth”, ou seja, de “crescimento sem emprego”. Segundo essa interpretação, o desemprego não surgiria da falta de crescimento, mas, pelo contrário, do próprio crescimento, que, baseado na “revolução tecnológica” que estaria atualmente em vigor, e de seus efeitos sobre a economia como um todo, seria poupador de mão-de-obra em escala jamais vista. Tal visão encontra eco em diversos estudiosos do tema, filiados a diferentes interesses e ideologias. Invariavelmente, estes estudiosos, embora muitas vezes difiram ideologicamente em relação a suas respectivas interpretações a respeito do capitalismo, acabam concluindo pela impossibilidade de se criar empregos sob o capitalismo em seu momento atual. Muitos afirmam isso para justificar o elevado desemprego¹; outros, para dizer que não há saída

* Professor e pesquisador do Centro de Economia e Administração (CEA) e do programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUC de Campinas. Doutor em Economia pela UNICAMP.

¹ Na minha avaliação, entre esses podemos destacar, entre os analistas do meio acadêmico, especialmente o economista Jeremy Rifkin (1996). Ao seu lado há diversos outros acadêmicos, e também uma ampla gama de formuladores de política econômica e de consultores que, muitas vezes, usam desses argumentos, como dissemos, apenas para justificar uma suposta inexorabilidade de situações alarmantes de desemprego em países específicos.

para o problema do emprego sob o capitalismo². Mas todos acabam por aceitar a idéia segundo a qual as “novas tecnologias” têm acelerado os ganhos de produtividade do trabalho de tal forma que a expansão da economia estaria eliminando (em termos líquidos) postos de trabalho e impedindo a redução das taxas de desemprego.

O surgimento de uma elevada taxa de desemprego nos principais países capitalistas, a partir de meados dos anos 70 e, de forma mais persistente, a partir dos anos 80, geraram o ambiente para estas interpretações pessimistas ou conformistas (dependendo do ponto de vista do autor ou da instituição que discute o problema) a respeito do futuro do emprego nas economias capitalistas ganhassem corpo na literatura econômica das últimas décadas. Ao lado da tese do “fim dos empregos” tem se desenvolvido a do chamado “fim da História”. Ambas, na verdade, são vítimas da falta de uma adequada interpretação a respeito das mudanças recentes ocorridas na ordem financeira internacional – que impedem uma avaliação correta das razões pelas quais as economias capitalistas têm enfrentado dificuldades para formular políticas macroeconômicas que as conduzam ao pleno emprego. Ademais, a interpretação fortemente ideologizada sobre a derrocada do mundo socialista do leste europeu também turva a análise a respeito do momento atual vivido pelo capitalismo, para não dizer do seu futuro.

Infelizmente, tem faltado a esses analistas que propagandeiam, como dissemos, por motivos diversos, a vigência de um suposto crescimento sem emprego sob a ordem capitalista atual, maior rigor na interpretação dos fatos e das estatísticas de emprego e produtividade nos mercados de trabalho dos países capitalistas. Ao lado dessa interpretação mais contraditória de “crescimento sem emprego”, têm sido desenvolvidos argumentos ancilares, entre os quais os que defendem a idéia de que o trabalho tem adquirido importância cada vez menor na vida das pessoas, quer seja por que as recentes alterações na ordem capitalista têm eliminado a centralidade do trabalho nestas economias, ou porque as pessoas têm podido encontrar, no recebimento de transferências de renda provenientes do Estado, novas alternativas de renda para sua sobrevivência³.

² Neste caso, também temos um grupo eclético, que reúne desde marxistas ortodoxos a ensaístas como Viviane Forrester (1997).

³ Há ainda diversas outras interpretações, que vão desde o agradável e sedutor “ócio criativo” do italiano (pouco conhecido na Europa) Domenico de Masi, que se constituiria uma alternativa plausível para o capitalismo atual, até a suposta sociedade da informação em rede que permitiria a todos integrarem-se às mudanças recentes promovidas pela globalização, conforme Manuel Castels.

O objetivo deste trabalho será examinar, em primeiro lugar, a tese segundo a qual estaríamos passando por uma fase de crescimento sem emprego, devido, basicamente, a uma rápida e persistente expansão acelerada dos ganhos de produtividade do trabalho nas economias capitalistas desenvolvidas, que estariam tendo, como consequência, uma redução dos empregos assalariados ao lado de uma tendência de aumento incessante do desemprego. Em segundo lugar, queremos apresentar argumentos que nos permitam confirmar, ou não, a hipótese segundo a qual os trabalhadores estariam tendo uma nova postura em relação ao trabalho, deixando de colocá-lo como fator fundamental na sua vida social (e econômica). Pretendemos examinar se tem sido possível, conforme muitos apregoam, que uma quantidade cada vez maior de pessoas possa desfrutar de alternativas, que não a inserção no mercado de trabalho, para obterem uma renda de sobrevivência – geralmente, obtida através de uma construção social que define critérios para o usufruto de transferências de renda provenientes dos Estados Nacionais. Em terceiro lugar, recorreremos a uma interpretação da evolução recente dos indicadores de mercado de trabalho e de crescimento econômico, com o intuito de interpretar quais têm sido historicamente os fatores que promoveram o aumento das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos. Esse esforço nos permitirá interpretar criticamente, e sob uma perspectiva histórica, a tese de “crescimento sem emprego” e seus desdobramentos. Cada um desses três aspectos que serão examinados comporá uma diferente seção deste paper. Por fim, nas conclusões procuraremos reunir os aspectos debatidos ao longo do estudo.

1.EVOLUÇÃO RECENTES DO EMPREGO E DO DESEMPREGO NO CAPITALISMO DESENVOLVIDO

A tabela 1 mostra a evolução da PEA e de sua composição nos países da OCDE, com destaque para os países do G7, de 1990 a 2001. As estatísticas revelam que, nos anos mais recentes, tem aumentado continuamente o estoque de pessoas ocupadas⁴ no conjunto do mercado de trabalho da OCDE, devido ao aumento do total de ocupados tanto no G7, quanto nos demais países capitalistas. O número de desempregados também aumentou, se comparamos os anos extremos do período – mas apontou uma queda a partir de 1998,

⁴ Inclui todas as formas de ocupação: desde o emprego assalariado, até o trabalho autônomo e as formas de trabalho não-remunerados em atividades urbanas ou rurais.

quando os países europeus e outros da OCDE, conforme sabemos, sentiram uma retomada do nível de suas respectivas atividades econômicas.

Tabela 1

Força de trabalho, emprego e desemprego na OCDE

Países selecionados da OCDE 1990-1999

(em milhões de pessoas)

INDICADORES	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2001
FORÇA DE TRABALHO							
Sete maiores países	311,1	324,9	328,5	332,8	338,9	343,2	345,4
Total dos países menores	116,9	120,1	149,8	154,6	159	162,9	165,3
Total OCDE	428,0	444,9	478,3	487,5	497,9	506,2	510,7
NÚMERO DE OCUPADOS							
Sete maiores países	293,7	302,0	305,4	310,3	317,2	322,3	324,2
Total dos países menores	109,2	110,9	135,6	141,4	146,2	151,3	154,0
Total OCDE	402,9	412,9	441	451,7	463,4	473,6	478,2
NÚMERO DE DESEMPREGADOS							
Sete maiores países	17,4	22,8	23	22,6	21,6	20,9	21,2
Total dos países menores	7,7	9,2	14,2	13,3	12,8	11,6	11,2
Total OCDE	25,1	32	37,2	35,9	34,4	32,5	32,4

Fonte: OCDE Economic Outlook.

Portanto, a se considerar por esses números, ainda não dispomos de elementos para afirmar que estaríamos vivendo sob um regime marcado pelo fim dos empregos ou por uma inexorável expansão do estoque de desempregados nos países capitalistas – desenvolvidos ou não. Mas podemos avançar um pouco mais. Na tabela 2, temos a evolução do estoque de trabalhadores assalariados nos países do G7, desde o ano de 1960 até momento recente. Nesse caso, avançamos em relação à tabela anterior, não somente por apresentarmos um período de tempo mais largo, que nos permite avaliar de forma mais eficiente a tendência apontada pelos respectivos mercados de trabalho dos países desenvolvidos, mas também porque, nesta tabela, destacamos apenas os trabalhadores que tenham vínculo de emprego assalariado, ou seja, uma relação de trabalho capitalista, excluindo os trabalhadores autônomos e os sem remuneração. Os dados da tabela 2 revelam que, desde 1960, até meados da década de 1990, aumentou expressivamente o estoque de trabalhadores assalariados nos países do G7. Há diferenças entre os países e não são poucas (o gráfico I⁵ as ilustra de forma interessante, mas, fundamentalmente, mostra que em todos os países a tendência recente – das últimas quatro décadas - é de crescimento do estoque de

⁵ Elaborado com os dados anuais publicados pela OCDE, dos quais retiramos apenas uma parte para formular a tabela 2.

assalariados). No caso americano, a expansão do estoque de assalariados foi expressiva durante todo o período. Nos países europeus e no Japão, o estoque ficou quase estagnado a partir especialmente do início da década de 1990. Dados mais recentes indicam que, depois de 1997, com a retomada do nível de atividade na Europa, o estoque de assalariados expandiu-se nesses países⁶, promovendo inclusive uma retração das respectivas taxas de desemprego entre meados de 1997 e meados de 2000 (tabela 3).

Tabela 2
Total de assalariados nos países que compõem o G7
1960-1997

Anos	EUA	Japão	Alemanha	França	Itália	Reino Unido	Canadá
1960	55179	23700	20038	12886	11694	21894	5003
1966	63627	29940	21284	14719	11997	23253	6297
1970	70645	33060	21747	15941	12811	22479	7004
1976	80519	37120	21980	17274	13888	22557	8823
1980	89950	39710	23366	17752	14499	22991	10003
1990	108338	48350	24962	19151	15133	22770	11896
1993	109656	52020	32357	19064	14517	21682	11625
1994	112232	52360	32095	19106	14280	21790	11843
1995	114262	52630	32046	19638	14164	22054	12067
1996	116040	53220	31984	19744	14246	22422	12125
1997	118873	53910	31555	19865	14306	22886	12288

Fonte: OCDE - Annual Labor Force Statistics.

A retração econômica que vitimou os países capitalistas desenvolvidos a partir do início da década de 1980 promoveu forte ampliação das taxas de desemprego nos mesmos, que atingiram níveis então inéditos desde o pós-guerra. Entretanto, deve-se destacar que, no final da década de 1990, quando houve um período curto, mas inequívoco, de recuperação do nível de atividade econômica nos países que haviam sido mais prejudicados pela desaceleração pós-1980, a saber, os países europeus continentais, ocorreu uma significativa redução das suas respectivas taxas de desemprego (tabela 3) – o que, no mínimo, coloca em xeque as hipóteses “gêmeas” de que estaríamos diante de uma etapa do capitalismo de “crescimento sem emprego” e de expansão inexorável e contínua da taxa de desemprego.

⁶ Citemos aqui o caso da França. Segundo informações comentadas recentemente por Husson (2002), foram criados na França pouco mais de 2 milhões de empregos desde 1997, dos quais cerca de 1,5 milhão no setor privado. Essa alta do emprego permitiu reincorporar ao trabalho quase 1 milhão das pessoas que, em 1997, estavam desempregadas. Segundo o autor, essa expansão do emprego deveu-se à conjugação de 3 fatores, a saber: (a) da retomada do crescimento econômico; (b) da redução da jornada de trabalho, depois da adoção da Lei das 35 horas; (c) do advento do “crescimento rico em empregos”, devido aos baixos ganhos de produtividade dos postos de trabalho criados. Husson (2002) sublinha que a magnitude deste movimento de expansão do emprego representa “um recorde absoluto” na história econômica da França.

Para o que nos interessa neste artigo, podemos afirmar que, nas duas últimas décadas, em que pese a deterioração dos indicadores de mercado de trabalho dos principais países capitalistas, não se pode afirmar que tenha se consolidado uma forte tendência de redução do estoque de empregos ou do conjunto de ocupados nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos (nem mesmo nos demais da OCDE).

GRÁFICO I

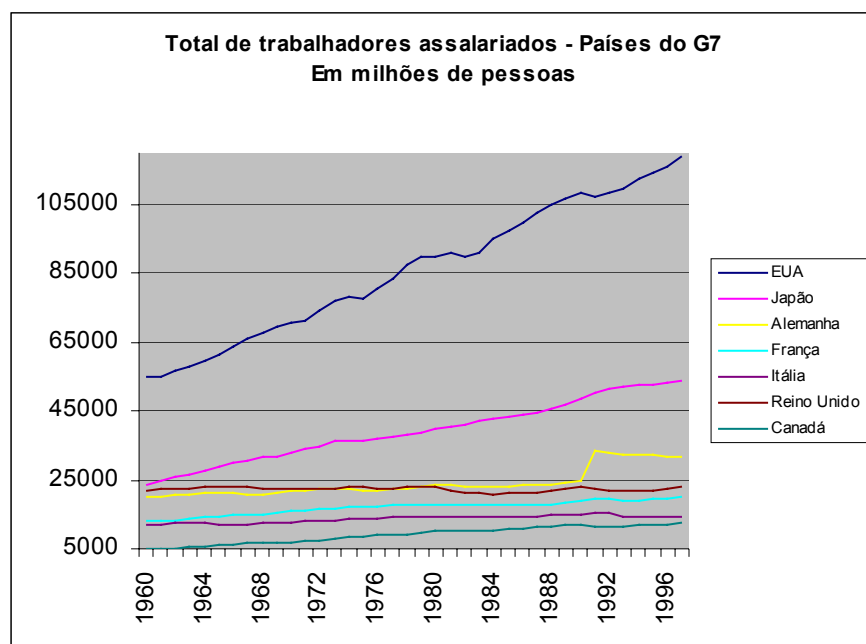


Tabela 3
Evolução recente da taxa de desemprego padronizada
Países selecionados

Quadrimestre e ano	EUR11(*)	EUR4(**)	Alemanha	França	Itália
Q2/1996	11.6	10.3	8.8	12.3	11.7
Q4/1996	11.6	10.3	9.2	12.4	11.6
Q2/1997	11.6	10.3	9.8	12.2	11.7
Q4/1997	11.4	10.1	10.1	11.8	11.8
Q2/1998	11.0	9.9	9.6	11.7	11.9
Q4/1998	10.6	9.7	8.9	11.5	11.8
Q2/1999	10.0	9.4	8.7	11.2	11.4
Q4/1999	9.7	9.1	8.7	10.8	11.2
Q1/2000	9.5	8.9	8.5	10.3	11.1
Q2/2000	9.2	8.7	8.4	9.8	11.0

Fonte: OCDE.

(*)Onze países da Comunidade Européia.

(**)Alemanha, França, Itália e Reino Unido (média aritmética simples).

Para finalizar esta seção, apresentamos os dados da tabela 4, que revelam que nem mesmo no que se refere ao emprego industrial, poderíamos afirmar que esteja havendo uma significativa redução do estoque dos empregos, ou, o que seria mais dramático, um processo de “fim dos empregos” (industriais, no caso). Não resta a menor dúvida de que a participação relativa do emprego industrial no conjunto das ocupações dos países tem se reduzido, conforme apontam diversos estudos da literatura especializada. Mas o exemplo americano, o país capitalista mais desenvolvido, revela que o setor industrial ainda tem criado postos de trabalho sob o capitalismo atual⁷ – embora, evidentemente, a evolução do estoque dessa forma de ocupação não esteja imune às oscilações típicas do sistema capitalista de produção. No caso da União Européia, houve sem dúvida uma redução do estoque de empregos industriais, mas não se pode afirmar categoricamente que esteja sendo trilhado, nesses países, um caminho de fim dos empregos industriais. Em períodos de retomada da atividade econômica, como ocorreu entre 1960 e 1970, ou mesmo na recuperação econômica da segunda metade da década de 1980, o estoque de empregos assalariados na indústria expandiu-se, o que não nos permite afirmar que seja inexorável a redução da quantidade, em termos absolutos, de postos de trabalho assalariados no setor industrial⁸.

⁷ Somente entre 1995 e 1997, foram criados cerca de um milhão de postos de trabalho na indústria americana.

⁸ No caso europeu, a perda de vigor na criação de postos de trabalho no setor industrial relaciona-se a diversos fatores, mas entre esses o que mais se destaca é a perda de dinamismo econômico desse bloco de países a partir especialmente de início da década de 1980 – ou seja, a partir da adoção, por parte dos EUA, da chamada “política do dólar forte”. No final da década de 1990, com a forte desvalorização do Euro e com a significativa aceleração da atividade econômica nos EUA (baseada esta na expansão dos déficits anuais na balança de serviços desse país), a economia e em especial a indústria européia vivenciaram um período de intensa recuperação, baseada na expansão das exportações, e que teve, como um de seus resultados, uma recuperação do nível de emprego industrial na maioria dos países desse bloco econômico.

Tabela 4
Emprego total na indústria
EUA e União Européia
Em milhões de empregados
Anos selecionados entre 1960-1997

Anos	EUA	União Européia
1960	23198	50061
1965	25211	53082
1970	27029	53681
1980	30315	50403
1985	30048	45294
1990	31123	47152
1995	29984	44808
1996	30215	44765
1997	30950	44713

Fonte: OCDE - Quarterly Labour Force Statistics.

2.CONSTRUÇÃO SOCIAL E PAPEL DO MUNDO DO TRABALHO

Um argumento bastante encontrado na literatura especializada na questão do Trabalho em todas as áreas das ciências sociais é aquele segundo o qual sob os condicionantes ideológicos, culturais e/ou comportamentais impostos pela etapa atual de acumulação capitalista (genericamente chamado de “globalização”), ou mesmo dadas as novas oportunidades (supostamente) abertas por novas formas de socialização das pessoas, o trabalho estaria sendo cada vez menos considerado pelas mesmas como fator central para sua socialização e sobrevivência. Há poucos estudos estatísticos e raríssimas pesquisas empíricas para sustentar (ou não) esses argumentos. Recentemente, a OIT publicou o resultado de uma pergunta cujas respostas têm sido auferidas desde 1984, na Grã-Bretanha. Infelizmente, não temos conhecimento de pesquisa semelhante que tenha sido feita em outros países, quer seja para este ou para outro período. Mas os dados revelados no Quadro I, especialmente se levarmos em conta que foram apurados em um país que reúne a maior parte dos defensores da idéia do “fim do trabalho” ou do “fim da centralidade do trabalho”, nos permitem questionar essa hipótese. Entre 1984 e 1993, aumentou (ao contrário do que muitos poderiam esperar) – e de forma significativa –, a parcela de pessoas que respondem afirmativamente à questão proposta pela enquete: “se você dispusesse de um rendimento que, segundo sua avaliação, fosse suficiente para que você pudesse deixar de trabalhar, você mesmo assim desejaria ter um emprego remunerado?”. Além de destacar o aumento

do peso das respostas afirmativas, devemos sublinhar que é expressivo o percentual de pessoas que responde afirmativamente à pergunta proposta, revelando inequivocamente a importância que as pessoas conferem ao emprego remunerado.

Quadro I

Importância atribuída ao emprego no Reino Unido - 1984-1993

Respostas à questão: se você dispusesse de um rendimento que, segundo sua avaliação, fosse suficiente para que você pudesse deixar de trabalhar, você mesmo assim desejaria ter um emprego remunerado?

	(em % das respostas)				
	1984	1985	1986	1989	1993
SIM	69	72	72	74	74
NÃO	29	27	26	25	24

Fonte: B. Hedges: "Work in changing climate", British Social Attitudes: The 11th Report (Social and Community Planning Research, 1994), p. 41. Apud: "L'Emploi dans le monde - 1996/97". Bureau International du Travail (BIT) - Genève. Pág. 39.

Alguns autores entre os que defendem a idéia segundo a qual as pessoas dependem menos do trabalho para a sua sobrevivência argumentam que a constituição do Estado de Bem Estar Social e suas formas de transferência de rendimentos garantem que parcelas crescentes dos integrantes das sociedades capitalistas possam usufruir rendimentos sem necessitar participar do mercado de trabalho. Se isso foi verdade por algum tempo durante o pós-guerra (especialmente nas décadas de 1950 e de 1960, quando se consolidáramos sistemas de Welfare State nos países capitalistas desenvolvidos), não se pode afirmar o mesmo para os tempos mais recentes. O que temos visto nas últimas décadas, na verdade, é uma crescente deterioração do gasto público, ou seja, um aumento da parcela do gasto público que se destina ao pagamento de juros relacionados às respectivas Dívidas Internas dos países e uma conseqüente redução (ou estagnação relativa) das transferências sociais, conforme apontam as tabelas 5 e 6.

Tabela 5

Peso dos juros líquidos pagos pela Adm. Públ. (em % das despesas públicas totais)
1980-1994

País	1980	1985	1990	1992	1993	1994
EUA	3,9	6,2	6,3	6,3	6,0	6,1
JAPÃO	3,3	5,5	1,7	0,8	0,7	0,7
ALEMANHA	2,7	4,9	4,6	5,3	5,6	6,1
FRANÇA	1,8	3,9	4,8	5,5	5,9	6,2
ITÁLIA	11,1	14,5	17,1	20,4	21,1	21,1
R. UNIDO	7,3	7,7	5,9	4,3	5,8	6,9
CANADÁ	4,9	8,9	11,8	10,8	10,2	9,6
TOTAL	4,2	6,5	5,9	5,9	6,0	6,2

Fonte: OCDE Economic Outlook.

O aumento dos valores absolutos das transferências sociais representa, muitas vezes, mais um sintoma da própria crise que acomete os mercados de trabalho (alto e persistente desemprego, ao lado da proliferação de ampla gama de situações ocupacionais precárias⁹), resultando em gastos maiores com seguro-desemprego, do que a constituição de uma nova ordem social, que permitisse a um número maior de pessoas desfrutarem de rendimentos provenientes dos Estados Bem-Estar Social que lhes criassem a possibilidade de optar pela não-entrada no mercado de trabalho – e podendo, assim, fruir de maior tempo livre.

Tabela 6

Evolução dos gastos sociais feitos pelo setor público (*) (em % do PIB)
Países selecionados - década de 1990

PAÍSES	1993	1995	1997
Bélgica	26,2	25,4	25,8
Canadá	n.d.	19,3	17,8
Rep. Checa	19,2	18,8	19,3
Dinamarca	28,0	27,7	26,7
Alemanha	29	25,8	25,5
Irlanda	n.d.	18,1	16,7
Itália	n.d.	23,6	24,1
Holanda	23,2	21,4	20,2
Suécia	32,8	29,2	28,5
Reino Unido	21,1	22,7	21,1
Estados Unidos	15,6	15,6	15,0

Fonte: OCDE (2001) - Occasional Papers, .o 52.

⁹ Precárias quer seja pela renda insuficiente ou pela relação contratual instável e sem proteção social (ou, na maioria dos casos, tudo isso junto).

(*)Líquidos de impostos e taxas pagos pelos receptores das transferências sociais.

Valores não incluem benefícios e transferências feitas por entidades privadas.

Os gastos sociais incluem diversos tipos de desembolsos do setor público, a saber:

benefícios para idosos, pensões, aposentadorias, benefícios pagos a pessoas doentes ou

afastadas do emprego por doença, transferências pagas a famílias ou pessoas com

insuficiência de renda, gastos com o sistema de saúde, gastos com seguro-desemprego,

e também gastos realizados com políticas ativas de mercado de trabalho.

Deve-se destacar, ainda, para reforçar os argumentos e as informações acima mostradas, que uma das formas mais importantes de transferência de renda do Estado de Bem Estar para os trabalhadores/cidadãos, qual seja, o seguro-desemprego, tem sido continuamente flexibilizado nos principais países desenvolvidos, quer seja pela redução dos valores reais dos benefícios, quer seja pela ampliação de restrições em suas regras de adesão, ou então, se não há mudanças das regras, pela própria ampliação da informalidade dos mercados de trabalho, o que muitas vezes restringe o número de trabalhadores (em termos absolutos ou relativos, dependendo da extensão da informalidade) que podem se habilitar a receber os recursos transferidos pelos sistemas nacionais de seguro-desemprego – ou por uma combinação de ambos os fatores (que é o que ocorre de forma mais comum). Recente estudo publicado pelo Economic Policy Institute (Wenger, 2001) revela que o sistema de seguro-desemprego dos EUA tem sofrido, especialmente na década de 1990, contínuos processos de restrição, reduzindo-se a rede de trabalhadores de fato protegido por seus mecanismos de transferência de renda. Esta deterioração do sistema de seguro-desemprego, na verdade, já vinha ocorrendo desde a década de 1980 (tabela 7) e não se resume ao caso dos EUA, mas também aos demais países capitalistas desenvolvidos (tabela 8). O pior é que tal fenômeno tem ocorrido, na maior parte dos casos, exatamente em um momento histórico marcado pela expansão do desemprego, o que potencializa a quantidade de deserdados e excluídos dos mercados de trabalho que precisam, então, recorrer a diversas formas de trabalho precário para poderem sobreviver. Daí a ampliação da precariedade e informalidade dos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos nas duas últimas décadas (pelo menos), conforme atestam diversos estudos¹⁰, uma vez que a ampliação do desemprego e o desmonte (relativo) dos

¹⁰ Cf., entre outros, artigos presentes em Rodgers e Rodgers (org.) (1989) e em Freeman (ed.) (1994).

mecanismos de proteção social compelem uma grande quantidade de trabalhadores a terem de aceitar condições precárias de trabalho para poderem sobreviver.

TABELA 7

Desempregados com seguro-desemprego

Estados Unidos

1980-1989

Anos	em %
1980	50
1981	41
1986	33
1987	32
1988	32
1989	33

Fonte: Min. Trabalho dos EUA.

Tabela 8

Indicadores da intensidade do esforço de indenização do desemprego (*)

Países selecionados

Década de 90

Países	Indicadores			Var. tx. des. (*)
	1990	1996	1998	1990-1998
Holanda	0,42	0,66	0,78	-2,2
Dinamarca	0,41	0,37	0,36	-2,6
Áustria	0,27	0,30	0,25	1,5
Alemanha	0,22	0,27	0,24	4,6
Suécia	0,32	0,24	0,23	6,5
Irlanda	0,20	0,20	0,13	-5,6
Reino Unido	0,12	0,15	n.d.	-0,8
França	0,15	0,12	n.d.	2,7
Espanha	0,15	0,1	0,09	2,6

Fonte: OCDE, apud Freyssinet (1999).

(*)razão entre a porcentagem do PIB destinada ao sistema de seguro-desemprego e a taxa de desemprego.

(**)variação da taxa de desemprego-padrão entre 1990 e 1998, em pontos percentuais.

A deterioração do perfil do gasto público (em detrimento dos gastos sociais) e a ampliação das taxas de desemprego originaram um discurso (que depois foi posto em prática) em favor da flexibilização das leis trabalhistas, vista como alternativa para a redução da taxa de desemprego e adequada à crise fiscal que atinge a maioria dos países capitalistas desde meados da década de 1970¹¹.

¹¹ Cf. OCDE (1999), que apresenta estudo que mostra que a legislação de proteção ao emprego tem sido flexibilizada nos principais países capitalistas europeus, aumentando a pressão sobre os trabalhadores e os obrigando a aceitar condições de trabalho cada vez mais adversas. Na verdade, essa flexibilização das leis trabalhistas tem sido acompanhada de uma rápida expansão de formas precárias de ocupação (ocupações de tempo-parcial e/ou ocupações de caráter temporário), conforme demonstra a tabela 9, o que revela que os

Tabela 9

Participação do emprego em tempo-parcial e do emprego sob contrato de duração determinada no conjunto dos ocupados
União Européia e principais países europeus

1975-1998	em % da ocupação total						
Países e indicadores	1980	1990	1991	1994	1996	1997	1998
União Européia (E15)							
Tempo-parcial	13,0	13,7	13,7	15,6	16,4	16,9	17,4
Contrato de duração determinada	8,4	10,3	10,4	11,0	11,8	12,2	12,8
Alemanha							
Tempo-parcial	12,8	15,2	14,1	15,8	16,5	17,5	18,3
Contrato de duração determinada	10,0	10,5	10,1	10,3	11,1	11,7	12,3
França							
Tempo-parcial	10,9	11,9	12,1	14,9	16	16,8	17,3
Contrato de duração determinada	4,7	10,5	10,2	11,0	12,6	13,1	13,9
Itália							
Tempo-parcial	5,3	4,9	5,5	6,2	6,6	7,1	7,3
Contrato de duração determinada	4,8	5,2	5,4	7,3	7,5	8,2	8,6
Reino Unido							
Tempo-parcial	21,2	21,7	22,2	23,8	24,6	24,9	24,9
Contrato de duração determinada	7,0	5,2	5,3	6,5	7,1	7,4	7,1

Fonte: Comissão Européia (1999) (L'emploi en Europe).

Nota: a partir de 1991 (inclusive), os dados incorporam informações da ex-Alemanha Oriental.

Portanto, ao contrário do que parecem crer alguns autores partidários da tese segundo a qual estaríamos vivendo num mundo em que o trabalho torna-se cada vez menos importante para a vida social e para a sobrevivência das pessoas, o que se passa é uma contínua deterioração das condições de trabalho e também uma busca cada vez mais desesperada por trabalho como a única alternativa de sobrevivência para parcela cada vez maior das pessoas, dada a progressiva exaustão dos mecanismos de transferência de renda do Estado de Bem Estar aos cidadãos.

Na próxima seção, vamos avaliar a evolução de diversos indicadores de mercado de trabalho e de crescimento econômico de tal forma a avaliar as verdadeiras causas do aumento das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos nas últimas décadas.

3.EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGOS NO CAPITALISMO DESENVOLVIDO DESDE O PÓS-GUERRA

trabalhadores vêm empreendendo formas cada vez mais afanosas de inserção nos respectivos mercados de trabalho nacionais, compelidos que têm estado pelas necessidades de sobrevivência que lhes deixam, cada vez mais, como única alternativa para a obtenção de uma renda qualquer, o trabalho – da forma que for.

A tabela 10 demonstra que as taxas médias de crescimento do PIB nos principais países capitalistas sofreram uma forte desaceleração, nas três últimas décadas, rompendo a trajetória de elevado crescimento que marcara os chamados Anos Dourados do capitalismo (período 1950-1973) – período que, conforme podemos constatar, representaram uma exceção na história do capitalismo (Hobsbawm, 1995).

Tabela 10

Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por período

1870-1998		em %				
Países	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-1986	1990-1998
EUA	4.2	4.2	2.8	3.9	2.5	2.5
Grã-Bretanha	2.0	1.9	1.3	3.0	1.4	1.9
Alemanha	2.0	2.8	1.3	6.0	1.9	2.4
França	1.3	1.6	1.1	5.2	3.2	1.7
Itália	n.d.	1.5	1.4	5.6	2.3	1.3
Japão	0.3	2.5	2.2	9.2	3.7	1.1

Fonte: Maddison (1989). No período 1990-1998, dados de OCDE.

Ao mesmo tempo, as respectivas taxas de desemprego nos países em questão assumiram, a partir de meados dos anos 1970, patamares inéditos para os padrões definidos a partir do momento em que a reconstrução europeia estava consolidada (tabela 11). Podemos perceber que, a partir de meados dos anos 70, as taxas de desemprego sofrem uma importante inclinação e decididamente assumem um alto patamar no início dos anos 80, quando a economia internacional entra em recessão. O recuo das taxas de desemprego foi modesto ao longo da década de 1980, passando as taxas a se posicionarem em novo patamar (ainda mais elevado), no início da década de 1990, mantendo-se nessa posição ao longo da maior parte da década (conforme já vimos, elas se reduziram nitidamente entre meados de 1997 e meados de 2000¹²).

As persistentemente altas taxas de desemprego e a crise social que a elas se associou, especialmente nos países europeus¹³, é que gerou o ambiente propício para que surgissem diversas interpretações acerca do fenômeno do desemprego, entre as quais se tornaram bastante presentes aquelas que associavam o desemprego aos supostos efeitos

¹² E voltaram a subir com a recente crise da economia americana, deflagrada no segundo semestre de 2001.

¹³ Nos EUA, a crise social manifestou-se principalmente na forma de concentração funcional e pessoal da renda e redução dos salários médios reais ao longo desses últimos 25 anos. Sobre a crise social americana, cf. Henwood (1999), Mishel e Bernstein (1994), Tilly (1996), The New York Times (1996) e Galbraith (1998), entre outros.

inexoráveis das novas tecnologias e a uma situação histórica de “fim dos empregos” (Rifkin, 1996), conforme já mencionamos na apresentação deste paper.

Tabela 11
Taxa de desemprego
Países capitalistas desenvolvidos selecionados
1965-1999 (anos selecionados)

	ALEMANHA	FRANÇA	ITÁLIA	R. UNIDO	EUA	Com. Eur. (*)
1965	0,5	1,5	4,0	1,3	4,5	
1973	1,0	2,7	4,7	2,1	4,9	2,4
1974	2,1	2,9	3,9	2,2	5,6	2,6
1975	4,0	4,0	4,3	3,6	8,5	3,8
1980	3,2	6,2	5,6	6,1	7,2	5,6
1981	4,5	7,4	6,3	9,1	7,6	7,2
1982	6,4	8,0	6,9	10,4	9,7	8,5
1986	7,7	10,4	9,9	11,8	7,0	10,4
1987	7,6	10,5	10,2	10,2	6,2	10,1
1991	6,7	9,4	8,6	8,2	6,8	8,3
1992	7,7	10,4	8,8	10,2	7,5	9,6
1993	8,8	11,7	10,2	10,3	6,9	11,3
1994	9,6	12,2	11,3	9,4	6,1	12,2
1997	11,4	12,4	12,3	6,9	4,9	12,4
1998	11,2	11,8	12,2	6,5	4,6	11,7
1999	10,8	11,2	12,1	7,4	5,0	11,3

Fonte: OCDE Economic Outlook.

(*) Comunidade Européia (exceto Grã-Bretanha, Dinamarca, Grécia e Suécia).

Nas tabelas e gráficos a seguir, pretendemos interpretar as causas do aumento das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos, com o intuito de examinar a hipótese segundo a qual o capitalismo estaria passando por uma fase de “crescimento sem emprego”, devido a supostos ganhos expressivos de produtividade que impediriam a criação de novos postos de trabalho em magnitude suficiente para absorver a força de trabalho que entra nos mercados de trabalho dos países capitalistas a cada ano.

Desde logo, deve-se descartar uma explicação demográfica para a expansão do desemprego nos países desenvolvidos capitalistas nas décadas mais recentes. Como se sabe, nesses países a população em idade ativa tem tido crescimento a taxas decrescentes nas últimas décadas (quando não crescimento nulo ou mesmo, em alguns casos, taxas negativas). Ademais, a taxa de participação (PEA/PIA) pouco tem se alterado nos países considerados, conforme se pode visualizar na tabela 12. Portanto, podemos descartar, na explicação da expansão das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos, tanto a ocorrência de uma pressão demográfica, como também uma eventual expansão da

taxa de participação da população em idade ativa nos mercados de trabalho. Os países em que ocorreu expansão da taxa de participação, EUA e Grã-Bretanha, foram exatamente aqueles nos quais a taxa de desemprego menos cresceu. Na França e na Itália, por exemplo, houve até mesmo uma redução da taxa de participação, o que, em princípio, poderia até mesmo ter colaborado para a redução do excedente de mão-de-obra nesses mercados de trabalho.

Tabela 12

Taxa de participação

Países selecionados

1960-1997 (anos selecionados)

Anos	PAÍSES					
	ALEMANHA	FRANÇA	ITÁLIA	REINO UNIDO	EUA	JAPÃO
1960	70,3	70,4	66,6	72,0	66,2	74,6
1970	69,5	67,8	59,5	72,4	66,8	71,5
1990	69,1	66,5	62,7	75,8	77,5	74,1
1996	71,4	67,1	59,7	74,8	77,7	77,0
1997	71,1	67,1	59,7	75,9	78,3	78,0

Fonte: OCDE, Annual Labour Force Statistics.

Uma outra explicação para a expansão do desemprego nos países capitalistas poderia estar no comportamento da produtividade média do trabalho. Esta é uma explicação bastante encontrada em ensaios e discursos que tratam do tema do desemprego. Trata-se, na verdade, conforme já comentamos, do fundamento básico sobre o qual se apóia a tese do “crescimento sem emprego”, que seria, segundo seus defensores, uma marca inequívoca da economia capitalista nos tempos atuais, uma vez que as supostas “novas tecnologias” poupariam trabalho, atualmente, de forma mais intensa do que em épocas pretéritas. Para os defensores da tese do “crescimento sem emprego”, o cenário internacional marcado pela facilidade dos movimentos dos fatores de produção, assim como a globalização da concorrência impulsionariam esta “nova economia”, baseada nas novas técnicas produtivas e em novos setores de atividade, que teriam na alta produtividade e na alta penetração de seus produtos/serviços nos diferentes setores produtivos a sua marca mais significativa, produzindo um resultado indelével de prosperidade econômica sem geração de empregos.

Devemos destacar, entretanto, que a explicação apresentada acima não encontra sustentação nos fatos e nos dados. Para resumir nosso argumento, podemos mostrar os gráficos II e III, em que temos, primeiro para os EUA, e depois para a União Européia, a evolução das respectivas taxas de crescimento do PIB e do emprego de 1960 a 1998.

GRÁFICO II

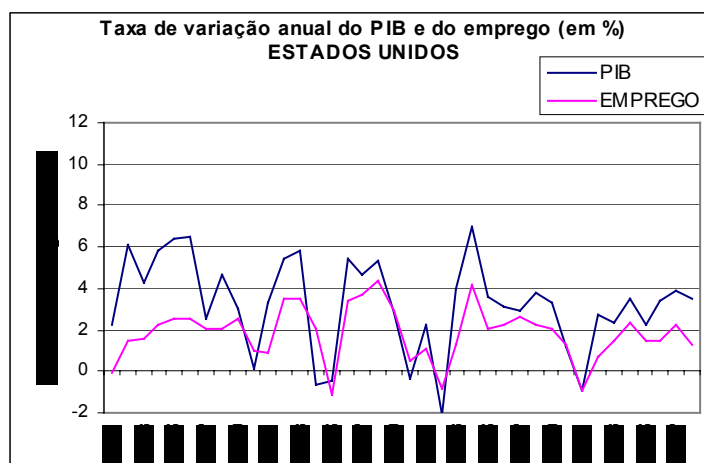
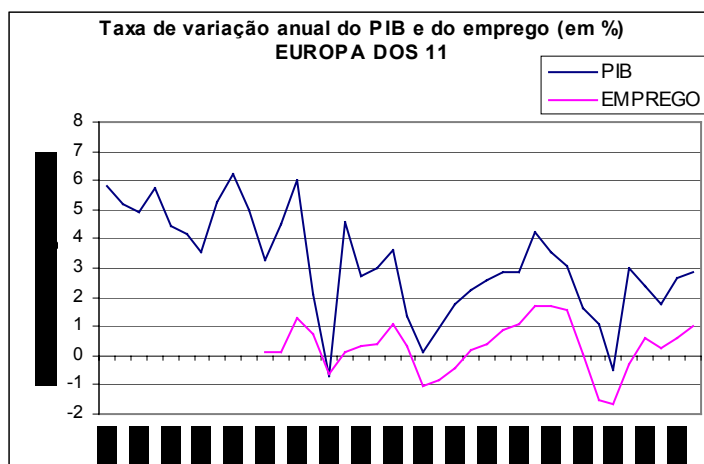


GRÁFICO III



Os gráficos mostram que a produtividade média do trabalho (medida simplesmente como a relação entre produto gerado por ano e o estoque de ocupados) está decrescendo nas últimas décadas (no caso dos EUA, há uma ligeira recuperação da taxa de crescimento da produtividade média do trabalho na segunda metade da década de 1990, mas os resultados sequer se aproximam de 50% do crescimento da produtividade média do trabalho obtida nas décadas de 1960 e 1970). Isso pode ser visualizado facilmente pela redução da distância entre as duas curvas ao longo das décadas do pós-guerra em ambos os gráficos.

Dessa forma, parece que, embora tenham surgido tantas novas tecnologias no capitalismo das décadas mais recentes, isso não promoveu, no conjunto da atividade econômica dos principais países capitalistas, ganhos de produtividade maiores do que nas décadas dos chamados Anos Dourados do capitalismo. Pelo contrário, os dados mostram

uma inequívoca redução das taxas de crescimento da produtividade média do trabalho nas décadas de 1980 e de 1990.

Na tabela 13, elaboramos um outro indicador de produtividade: trata-se, nesse caso, da evolução da produtividade média horária do trabalho, ou seja, colocaremos sob investigação a produtividade tal qual avaliada acima, acrescida dos efeitos das alterações na jornada de trabalho efetuada pelo conjunto de trabalhadores. O que se nota pelas estatísticas é uma confirmação na afirmação feita no início desta seção, ou seja, as informações da tabela 13 referendam a afirmação segundo a qual o progresso técnico dos anos 60 e 70 avançou mais do que nas décadas mais recentes; em outras palavras, podemos afirmar que, nos Anos Dourados do capitalismo (1960-1973), foi possível conjugar altas taxas de crescimento da produtividade do trabalho com relativamente altas taxas de geração de emprego (tabela 14), ao contrário do que tem ocorrido desde 1980, quando a geração de emprego tem apresentado baixo dinamismo, a despeito da redução da taxa de crescimento da produtividade do trabalho.

Não há, portanto, uma disjuntiva entre aumento da produtividade e criação de empregos (ou de postos de trabalho¹⁴). A história recente do capitalismo revela que é possível (e desejável) conjugar ganhos expressivos de produtividade derivados do progresso técnico com aumento do estoque de empregos – ou seja, o progresso tecnológico, quando faz parte de um cenário macroeconômico favorável, marcado pelo dinamismo dos investimentos produtivos e pela expansão do consumo, é na verdade indutor do emprego, e não gerador de desemprego. Além disso, é forçoso sublinhar que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, nas décadas de 1980 e de 1990, tem sido menor do que nas demais décadas do pós-guerra, não podendo, portanto, ser considerado responsável pela ampliação do desemprego quando analisado de forma ampla (ou seja, em termos microeconômicos estáticos, pode-se afirmar que a máquina tira lugar de um ou mais trabalhadores, mas em termos macroeconômicos a geração de empregos será positiva sempre que a produção crescer acima dos ganhos de produtividade). A ampliação da taxa de desemprego ocorrerá dependendo não apenas do ritmo de criação de empregos, evidentemente, mas também da interação dessa variável com o ritmo de crescimento da população em idade ativa e da taxa de participação. Estas duas últimas variáveis, é forçoso

¹⁴ Ou seja, incluem-se aqui não apenas o emprego assalariado, mas as diferentes formas de ocupação.

repetir, não têm apresentado comportamento, nos países capitalistas desenvolvidos, que promova aumento da taxa de desemprego – pelo contrário, têm tido trajetórias que, em princípio, são mais favoráveis à redução do excedente de mão-de-obra que se apresenta aos respectivos mercados de trabalho nacionais do que ocorria nas décadas de 1950, 1960 e mesmo de 1970.

Tabela 13

Taxa média anual de crescimento da produtividade horária do trabalho (*)

Países selecionados

Períodos selecionados entre 1960 e 1998

Países	1960-1973	1973-1980	1980-1990	1990-1998
Alemanha	5,2	3,2	2,4	3,0
França	5,1	3,0	2,9	1,8
Itália	6,5	3,2	2,4	1,8
R. Unido	4,0	2,2	2,0	2,3
EUA	2,6	0,5	0,7	1,3
Euro11 (**)	5,3	3,3	2,5	2,3
Euro4 (***)	5,1	3,0	2,4	2,4

Fonte: OCDE. Elaboração própria.

(*) medida como PIB por homem-hora ocupado.

(**) países da Comunidade Européia, exceto Grã-Bretanha, Dinamarca, Grécia e Suécia.

(***) Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e França.

O fato mais marcante, que diferencia o comportamento das economias capitalistas desenvolvidas nas décadas mais recentes, do seu comportamento durante os chamados Anos Dourados do Capitalismo é o desmonte relativo da construção social que havia permitido a conjugação de crescimento econômico com pleno emprego.

Tabela 14

Taxa média anual de crescimento do emprego por período(*)

Países selecionados

1960-1997

Países	1950-1973 (**)	1960-1973	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1990-1997
EUA	1,60	2,00	1,8	2,36	1,81	1,25
Grã-Bretanha	0,50	0,34	0,30	0,25	0,64	-0,04
Alemanha	1,10	0,20	0,08	0,14	0,54	3,39
França	0,50	0,99	1,01	0,89	0,64	0,53
Itália	0,90	-0,49	-0,53	0,56	0,44	-0,81

Fonte: Quarterly Labour Force Statistics (vários anos).

(*) total da ocupação civil.

(**) dados de Maddison (1989).

Nota: a partir de 1990, dados da Alemanha incorporam emprego da antiga Alemanha Oriental.

As tabelas 15 e 16 trazem um exercício de decomposição da taxa de desemprego¹⁵ para dois períodos importantes: 1960-1973, representando os Anos Dourados do capitalismo, e o período 1990-1998, representando o período mais recente de expansão da taxa de desemprego. Comparando-se a evolução dos indicadores escolhidos para a decomposição (ver explicação no rodapé), deduz-se que, nos Anos Dourados, a redução acelerada da jornada média de trabalho teve papel fundamental para a manutenção de uma baixa taxa de desemprego no período. A taxa de desemprego não aumentou entre 1960 e 1973, apesar das elevadas taxas de variações médias anuais da produtividade horária do trabalho. Entre 1990 e 1998 (tabela 16), houve aumento expressivo da taxa de desemprego nos países europeus, devido especialmente ao fraco crescimento do PIB e à forte desaceleração da redução da jornada de trabalho (que já vinha ocorrendo desde a década de 1980, conforme lembram trabalhos de Husson citados na bibliografia). Esta desaceleração da redução da jornada média de trabalho é ainda mais significativa quando a comparamos com o que ocorria durante os chamados Anos Dourados.

¹⁵ A decomposição da taxa de desemprego pode ser feita da seguinte forma, partindo-se da própria definição de desemprego:

$$TD = (PEA - N)/PEA \text{ ou } 1 - TD = N/PEA$$

O emprego se deduz pela relação entre o PIB e a produtividade do trabalho. Esta produtividade pode ser transformada em produtividade horária, se decomposta pela duração da jornada de trabalho. Assim, pode-se afirmar, inicialmente, que $N = PIB/PROD$ e que $PROD = PRODH * DAT$, onde:

N = emprego;

$PROD$ = produtividade do trabalho (produção anual por trabalhador ocupado);

$PRODH$ = produtividade horária do trabalho (produção anual por trabalhador ocupado, por hora);

DAT = duração da jornada de trabalho (em horas anuais).

Além disso, pode-se decompor a PEA (população economicamente ativa) em $TP * POPIA$, sendo TP = taxa de participação e $POPIA$ = população em idade ativa (nos dados da OCDE, toda a população entre 15 e 64 anos de idade). Desta forma, reagrupando a equação definida acima, teremos:

$$1 - TD = N/PEA = \frac{PIB}{(PRODH * DAT) * TP * POPIA}$$

A identidade mostra que a variação anual da taxa de desemprego (em pontos percentuais) é resultado da soma da taxa de crescimento anual da produtividade horária do trabalho com a taxa de crescimento da duração anual do trabalho e também com a taxa de crescimento anual da população em idade ativa e com a taxa de crescimento anual da taxa de participação (PEA/PIA) - descontadas da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) no ano. Em outras palavras, o aumento da produtividade horária do trabalho, assim como o aumento da população em idade ativa e o aumento da taxa de participação do mercado de trabalho atuam a favor de um aumento da taxa de desemprego, enquanto a redução da jornada de trabalho (média anual por trabalhador ocupado) e o aumento da produção (PIB) favorecem a redução da taxa de desemprego.

Tabela15

Taxas média de variação anual dos componentes da taxa de desemprego (em %)
1960/1973

Países	1960-1973							
	Taxa de desemprego em 1960	Taxa de desemprego em 1973	Var. anual média da taxa de desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de participação (***)	PIB
Alemanha	1,0	1,0	0,00	5,2	-1,1	0,4	-0,1	4,4
França (1)	1,5	2,7	0,09	5,1	-0,7	0,9	0,1	5,2
Itália	4,2	4,7	0,04	6,5	-0,8	0,6	-1,0	5,2
R. Unido	1,4	2,1	0,05	4,0	-0,8	0,2	-0,1	3,2
EUA	5,5	4,9	-0,05	2,6	-0,3	1,7	0,3	4,3
Euro11 (*)	2,4	2,6	0,01	5,3	-1,1	0,5	0,1	4,8
Euro4 (**)	1,7	2,5	0,06	5,1	-0,8	0,4	-0,2	4,4

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1). Elaboração própria.

(*)Comunidade Européia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia (entre 1965 e 1973).

(**)os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido (entre 1965 e 1973).

(***)definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

(1) os dados da França iniciam-se em 1965.

Existe ainda um outro fator que explica parte da expansão da taxa de desemprego quando a analisamos sob uma perspectiva de mais longo prazo. Trata-se do papel do emprego público que, ao lado da jornada de trabalho, teve papel decisivo na formatação de economias nacionais de pleno emprego durante as décadas de 1960 e de 1970. A tabela 17 mostra que, entre 1960 e 1980, houve redução do número de postos de trabalho no setor privado nos países europeus e ampliação do estoque de empregos no setor público; portanto, o bom desempenho do conjunto do emprego naquele período, conforme revelaram as informações da tabela 14, deveu-se, pelo menos nos casos dos países europeus, à criação de empregos públicos. A partir da década de 1980, e com mais ênfase ao longo dos anos 90 (conforme mostram dados da tabela 17), a geração de postos de trabalho no setor público desacelerou-se fortemente¹⁶, tornado impossível ao conjunto do emprego repetir a performance de décadas anteriores, conforme vimos na tabela 14.

¹⁶ Em alguns casos, como na Itália e na Grã-Bretanha, houve redução do estoque de empregos públicos.

Tabela 16

Taxas média de variação anual dos componentes da taxa de desemprego (em %)
1990/1998

Países	1990-1998							
	Taxa de	Taxa de	Var. anual	Produtividade	Jornada	População	Taxa de	PIB
	desemprego	desemprego	média da taxa	horária do	de	em idade	participação	
	em 1990	em 1998	desemprego	trabalho	trabalho	ativa	(****)	
	(15 a 64 anos)							
Alemanha(*)	6,7	11,2	0,7	3,0	-0,4	0,2	-0,5	1,6
França	8,9	11,8	0,4	1,8	-0,3	0,3	0,2	1,6
Itália	9,1	12,2	0,4	1,8	-0,1	0,1	-0,2	1,2
R. Unido	5,9	6,5	0,1	2,3	-0,2	0,3	-0,2	2,1
EUA	5,6	4,5	-0,1	1,3	0,1	1,0	0,2	2,6
Euro11 (**)	8,6	11,7	0,4	2,3	-0,3	0,3	-0,1	2,1
Euro4 (***)	7,8	10,4	0,4	2,4	-0,3	0,2	-0,1	2,0

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1). Elaboração própria.

(*)dados iniciam-se em 1991, quando já incluem dados da antiga Alemanha Oriental.

(**)Comunidade Europeia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia;

(***)os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido..

(****)definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

OBS.: dados dos agregados europeus iniciam-se em 1991, de modo a excluir efeitos da Unificação Alemã.

TABELA 17

Total de empregos públicos e de empregos do setor privado (*)

Variação absoluta e taxa de crescimento médio anual

Países selecionados

1960-1997

Países	Total de empregos				variação			tcma		
	1960	1980	1990	1997	1960-1980	1997-1990	1997-1980	1960-1980	1997-1990	1997-1980
	SETOR	PRIVADO								
Alemanha (**)	23803	23051	24174	28767	-752	4593	5716	-0,1	1,8	1,3
França (***)	16810	17562	17520	16921	752	-599	-641	0,5	-0,3	-0,2
Itália	18493	17538	17392	16580	-955	-812	-958	-0,2	-0,5	-0,3
R. Unido	21408	19794	21795	23248	-1614	1453	3454	-0,4	0,6	1,0
EUA	57253	83061	100489	109996	25808	9507	26935	1,9	0,9	1,7
	SETOR	PÚBLICO								
Alemanha (**)	2098	3929	4305	5195	1831	890	1266	3,2	1,9	1,7
França (***)	3346	4445	5128	5611	1099	483	1166	2,9	0,9	1,4
Itália	1829	3193	3628	3506	1364	-122	313	2,8	-0,3	0,6
R. Unido	3660	5349	5267	3644	1689	-1623	-1705	2,2	-3,6	-2,2
EUA	8329	16243	18306	19561	7914	1255	3318	3,5	0,7	1,1

Fonte: OCDE Statistical Compendium (1999/1). Elaboração própria.

(*) total de empregos em milhares; variação em termos absolutos e tmva significa taxa de crescimento médio anual (em %).

(**) exclui empregos incorporados pela Unificação Alemã (estimativa).

(***)dados da primeira coluna são de 1965 e não de 1960, como nos casos dos demais países.

CONCLUSÕES

Os dados apresentados neste artigo revelam que a tese do chamado “crescimento sem emprego” não tem sustentação. Um dos principais argumentos dos defensores dessa tese é o de que o capitalismo, nos tempos atuais, estaria submetido a uma escalada de inovações tecnológicas de tal magnitude e de tal penetração nos demais setores de atividade, que os ganhos de produtividade promovidos pelas novas tecnologias gerariam uma situação em que o crescimento econômico não seria capaz de gerar novos postos de trabalho, em termos líquidos. Pelo contrário, a extensão e profundidade dos novos paradigmas tecnológicos condenariam uma parcela crescente de trabalhadores ao desemprego mesmo em momentos de expansão da atividade econômica. Procuramos mostrar que, olhando-se os ganhos de produtividade do trabalho sob uma perspectiva histórica, estamos vivendo, nas duas últimas décadas, pelo menos, um momento de declínio da taxa de crescimento da produtividade do trabalho, se a compararmos com as taxas vigentes na época do Capitalismo de pleno emprego (anos 50 e 60).

Na verdade, analisando-se a evolução das taxas de desemprego ao longo dos últimos 40 anos, pudemos constatar que sua expansão deveu-se, basicamente, a dois fatores: (a) a falta de crescimento econômico que se abateu sobre os países capitalistas desenvolvidos (especialmente os europeus e o Japão) nos últimos 20 anos, contrastando com o que ocorria nas primeiras décadas do pós-guerra e (b) ao desmonte relativo do contrato social que foi construído naquele período de prosperidade, que se baseava, em poucas palavras, em uma maneira diferente da atual e repartição dos frutos dos ganhos de produtividade social gerada nas atividades produtivas.

O que o Mundo do Trabalho dos países desenvolvidos vem demonstrando, na verdade, não é exatamente uma situação inexorável de definitiva condenação de parcelas crescentes de pessoas ao desemprego. O desemprego é um problema, sem dúvida, mas a explicação não se encontra em uma tendência inescapável gerada por uma fatalidade tecnológica ou qualquer outra. O que está havendo no mundo do trabalho, aliás, não é simplesmente uma alta taxa de desemprego, mas uma completa deterioração das condições de trabalho, quer seja pelo lado da renda, ou pela crescente precariedade dos contratos de trabalho. Mas a explicação para esse fenômeno de piora dos indicadores de emprego encontra-se na enorme dificuldade que tem sido encontrada pelos formuladores de política

econômica dos países capitalistas (menos um pouco no caso dos EUA, por razões relacionadas à hegemonia americana¹⁷) em obter taxas de crescimento econômico suficientes para reincorporar aos respectivos mercados de trabalho nacionais pessoas que ora se encontram em situação de desemprego. A efêmera (mas expressiva) retomada do nível de atividades na economia européia no período 1997-2000 revelou uma faceta ignorada pelos defensores da tese do “crescimento sem emprego”: hoje em dia, o crescimento econômico pode gerar até maiores quantidades de postos de trabalho do que em outras épocas, posto que estamos vivenciando, na verdade, uma época de crescimento da produtividade do trabalho menor do que durante os chamados Anos Dourados. O problema não é o crescimento econômico, mas a falta dele! Ademais, é importante ainda destacar que a ruptura do contrato social que havia sido construído durante os Anos Dourados desestimula a criação de novos postos de trabalho, conforme mostramos no exercício de decomposição das tabelas 15 e 16. O recente exemplo da França, que conjugou redução da jornada de trabalho com um período de retomada do crescimento econômico (devido especialmente ao aquecimento da economia americana – e depois da européia – e à retomada das exportações européias quando se acelerou a valorização do dólar frente às moedas européias entre 1996 e 2000) corrobora o que estamos tentando destacar.

Na verdade, entendemos que a crise pela qual passa o emprego nas sociedades capitalistas atuais deve-se a uma inadequada arquitetura financeira internacional, que impede a retomada sustentada do crescimento econômico na maioria dos países capitalistas e, por isso mesmo, desmonta a ordem social que foi erigida no pós-guerra e que havia sido decisiva para a constituição de políticas macroeconômicas de pleno emprego nos países capitalistas desenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA

- ACOCCELLA, N. (org.). (1999). Globalizzazione e Stato Sociale. Il Mulino. Bologna.
- ATKINSON, A.B. (1995). Incomes and the Welfare State: essays on Britain and Europe. Cambridge University Press. Cambridge, Reino Unido.
- AZNAR, G. (1994). Lavorare meno per lavorare tutti – venti proposte. Torino (Italia): Bollati Boringhieri Editore. (edição italiana).
- BECK, U. (1997). “Capitalismo sem Trabalho”, in: Ensaio FEE (Fundação de Economia e Estatística), n. 35, FEE, Porto Alegre.

¹⁷ Infelizmente, não há espaço aqui para discutir a natureza da hegemonia americana atual e seus desdobramentos sobre as possibilidades encontradas pela economia americana em crescer mais do que a européia nos anos 90.

BLOCK, F. (1996). "Controlling Global Finance". World Policy Journal. Fall.

BLUESTONE, B. e ROSE, S. (1997). "Unravelling an Economic Enigma: overworked and unemployed". The American Prospect. March-April.

CHESNAIS, F. (2001). "'Nova Economia': uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital". Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Rio de Janeiro, N.º 9. dezembro de 2001.

CHESNAIS, F. (1996). A Mundialização do Capital. Ed. Xamã. São Paulo.

EATWELL, J. (1993). "Unemployment on a World Scale", in: Eatwell, J. (editor) Global Unemployment - loss of jobs in the 90's, M.E. Sharpe. NY.

FIORI, J.L., LOURENÇO, M.S. e NORONHA, J.C. (org.). (1998). Globalização: o fato e o mito. Ed. UERJ. Rio de Janeiro.

FORRESTER, V. (1997). O Horror Econômico. São Paulo: Ed. UNESP.

FREEMAN, C. e SOETE, L. (1993). Technical Change and Full Employment. Basil Blackwell. London.

FREEMAN, C. e SOETE, S. (1994). Work for all or mass unemployment? Computerising technical change into the 21 st century. London, Pinter Publishers.

FREEMAN, R. (ed.). (1994). Working Under Different Rules. Russell Sage Foundation. New York. New York.

FREYSSINET, J. (1999). "La reduction du taux de chômage: les enseignements des experiences europeennes". Première version provisoire. Conseil d'Analyse Économique.

FUTURIBLES (1999). "Croissance économique et emploi: quelle relation?". Futuribles.

GALBRAITH, J. K. (1998). Created Unequal: the crisis in american pay. Twentieth Century Fund Book. New York.

HOBBSBAWM, E. (1995). Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

HUSSON, M. (2002). "Réduction du temps de travail et emploi: une nouvelle évaluation". Revue de l'IREs, n.º 38. 2002/1.

HUSSON, M. (1999). "Fim do trabalho ou redução de sua duração?". Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Número 5. Dezembro. Rio de Janeiro.

MICHIE, J. e SMITH, J. G. (ed.) (1994). Unemployment in Europe. Academic Press.

MISHEL, L. e BERNSTEIN, J. (1994). The State of Working America 1994-1995. Economic Policy Institute Series. M.E.Sharpe. New York.

OCDE (1999). Perspectives de l'emploi. Paris, OCDE. Juin.

PAULA, J. A., CERQUEIRA, H.E., ALBUQUERQUE, E. M. (2000). "Trabalho e Conhecimento: lições de clássicos para a análise do capitalismo contemporâneo". Estudos Econômicos (IPE-USP). Vol. 30, n.º 3.

PHILPOTT, J. (ed.) (1997). Working for Full Employment. Routledge. London/New York.

RODGERS, G. e RODGERS, J.(1989) (org.). Precarious Jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe. Genebra, ILS/ILO.

TILLY, C. (1996). Half a Job: bad and good part-time jobs in a changing labor market. Philadelphia: Temple University Press.

WENGER, J.B. (2001). "Divided we fall: deserving workers slip through America's patchwork unemployment insurance system". Briefing Paper – Economic Policy Institute (<http://epinet.org>)